

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 22/13 DO EXECUTIVO, REALIZADA NO DIA 22 DE
OUTUBRO DE 2013

1ª REUNIÃO DO EXECUTIVO ELEITO PARA O QUADRIÊNIO 2013/2017

----- Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores MARIA PAULA DA GRAÇA CARDOSO, JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, LUIS MIGUEL MARQUES VIDAL OLIVEIRA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE e EDSON CARLOS VIEGAS SANTOS. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL** -----

----- Iniciando este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente saudou os presentes e expressou o desejo de que o mandato, que agora se inicia, decorra com o maior êxito e que se desenvolva um trabalho relevante e profícuo, para bem do concelho e dos munícipes. -----

----- A seguir, o Sr. Presidente informou que, no próximo dia 30, tem marcada uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde, para tratar de assuntos relacionados com o hospital de Águeda, e que convidou a Sr.ª vereadora Paula Cardoso para participar nessa reunião. -----

-----A Sr.ª Vereadora Paula Cardoso, que interveio a seguir, cumprimentou o Executivo e desejou o maior sucesso para o mandato que se inicia, agradecendo, também, o empenho com que se procurou corresponder á sua solicitação de marcar as reuniões do executivo para dias em que pode participar, sem condicionar o seu trabalho na Assembleia da Republica. -----

-----Prosseguindo este ponto da Ordem e Trabalhos, usou da palavra o Sr. Vereador Miguel Oliveira que, depois de saudar os presente e desejar as maiores venturas para este mandato, fez a intervenção que se transcreve: -----

----- “Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Águeda eleito na lista da Coligação “Todos Somos Águeda”, em representação do CDS - Partido Popular, venho declarar o meu protesto e a minha oposição à realização da primeira reunião do executivo municipal neste dia e nesta hora, por considerar que esta reunião foi convocada de forma ilegal e em flagrante desrespeito pelo estipulado no artigo 48º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----O citado artigo, que respeita à primeira reunião, reza o seguinte:-----

----- “A primeira reunião dos órgãos executivos realiza-se no prazo máximo de cinco dias após a sua constituição, competindo ao seu presidente a respectiva marcação e convocação, com a antecedência mínima de dois dias, por edital e por carta com aviso de recepção ou protocolo.”-----

-----Salvo melhor opinião, a primeira reunião só pode ser convocada depois da constituição do executivo e é ao presidente desse executivo que compete a marcação e a convocação dessa reunião. O anterior presidente não tem legitimidade, nem competência, para convocar reuniões do executivo eleito a 29 de Setembro, pelo que a convocação nunca poderia ser feita antes do acto de instalação, que ocorreu a 21 de Outubro (ontem). -----

-----Por outro lado, a lei estipula a convocação com uma antecedência mínima de dois dias. Salvo melhor opinião, tendo o acto de instalação ocorrido no dia 21 de Outubro (ontem), esta reunião não se poderia realizar antes do dia 24.-----

-----Por último, no que a mim respeita, e apesar de ter informado a Câmara Municipal, no dia 18 de Outubro, por correio electrónico e por telefone, de que a correspondência que me era dirigida estava a ser enviada para uma morada desactualizada, só no dia 21 de Outubro (ontem) recebi, também por via electrónica, o ofício com a agenda para esta reunião, bem como toda a documentação para análise.- Se mais não houvesse, também aqui haveria razão para denunciar o incumprimento da Lei, uma vez que compete ao presidente do executivo a distribuição atempada da ordem do dia a todos os membros (artigo 48º conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 35º e com o nº7 do artigo 42º da Lei 75/2013, pelo menos). -----

----- O Sr. Presidente da Câmara foi informado ontem (dia 21 de Outubro) de que considero que a realização da primeira reunião do executivo deve ser marcada e convocada com respeito pela Lei. Como ficou explícito, na minha opinião tal não ocorre, pode acarretar consequências graves em termos morais e patrimoniais para terceiros, e não abona em favor da imagem dos membros do executivo e do Município.

----- Insistindo o Sr. Presidente na sua realização, ao invés de corrigir um eventual

lapso e proceder a nova marcação e convocação, mas também porque não é tarde para se emendar o erro e realizar esta primeira reunião em condições que dignifiquem esta Câmara e evitem problemas relacionados com a nulidade dos actos previstos na agenda, venho nos termos do artigo 51.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, e para os devidos efeitos, reafirmar a minha oposição à realização desta reunião nesta data e nesta hora”. -----

----- Os Srs. Vereadores Jorge Almeida, João Clemente e Elsa Corga saudaram os presentes e manifestaram, também, o desejo de que este mandato decorra da melhor forma, e que permita o desenvolvimentos dos projetos previstos, para bem do Concelho e dos munícipes.-----

----- **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- Continuando os trabalhos, foi aprovada a ata da reunião anterior, por maioria, com a abstenção da Sr.ª Vereadora Paula Cardoso e o voto contra do Sr. Vereador Miguel Oliveira, tendo-se dispensada a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião.

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da ordem de trabalhos, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **REUNIÕES DA CÂMARA** -----

-----PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DO EXECUTIVO-----

----- Analisada a proposta que foi presente, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel de Oliveira, marcar as reuniões ordinárias da Câmara Municipal para as 1.ªs. e 3.ªs. terças-feiras de cada mês, pelas 09:30H, sendo adiada para a terça-feira seguinte quando um desses dias for feriado ou para a terça-feira imediatamente a seguir se a terça-feira da reunião e a seguinte for feriado (proposta 513/13). -----

----- **VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO** -----

----- Seguidamente, tendo em vista o reforço do leque das atribuições e competências das Câmaras Municipais, com a crescente exigência de eficiência dos serviços e resposta eficaz aos anseios da população, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel de Oliveira e a abstenção da Sr.ª Vereadora Paula Cardoso conforme previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, fixar, para além do previstos no nº 1 do citado preceito legal, a existência de mais dois vereadores a tempo inteiro, (proposta 510/13);-----

----- DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Miguel de Oliveira, ao abrigo das disposições conjugadas dos nº 1 do artigo 34º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 35º, 36º e 37º do Código do Procedimento Administrativo, a delegação no Senhor Presidente da Câmara, com a faculdade de subdelegação nos respetivos Vereadores e/ou dirigentes, das seguintes competências (proposta 511/13): -----

----- A. Previstas nas alíneas que se transcrevem dos artigos 33º e 39º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro: -----

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções; -----
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; -----
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; -----
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; -----
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; -----
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das

- pessoas; -----
 x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos; -----
 y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; -----
 bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada; -----
 cc) Alienar bens móveis; -----
 dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços; -----
 ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----
 ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; -----
 gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; -----
 ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; -----
 jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; -----
 kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; ---
 ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; -----
 mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais; -----
 nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; -----
 pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados; ----
 qq) Administrar o domínio público municipal; -----
 rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; -----
 ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; -----
 tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; -----
 uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; -----
 ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; -----
 xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios

das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados; -----

yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; -----

zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; -----

bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal; -----

c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros. -----

-----B. Previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelas Leis 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º177/2001, de 4 de junho, pelas Leis 15/2002, de 22 de fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de fevereiro, pelo Decreto-Lei 157/2006, de 8 de agosto, pela Lei nº60/2007, de 4 de setembro, pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, 116/2008, de 4 de Julho, e 26/2010, de 30 de Março: -----

- Conceder as licenças previstas no nº 2 do artigo 4º do RJUE; -----

- Conceder a autorização a utilização dos edifícios ou suas fracções, bem como as alterações da utilização dos mesmos, de acordo com o nº 5 do artigo 4º; -----

- Decidir pedidos de informação prévia, regulados nos artigos 14º e seguintes; -----

- Determinar, precedendo de vistoria, a execução de obras de correção ou de demolição total ou parcial de construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, de acordo com os nºs 2 e 3 do artigo 89º; -----

- Autorizar o pagamento fraccionado das taxas referidas nos nºs 2 a 4 do artigo 116º, em conformidade com o prescrito no nº 2 do artigo 117º. -----

----- C. Decorrentes do Decreto-Lei 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelos Decretos-Lei 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho e pela Lei 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprova o regime geral de gestão de resíduos - depósitos de sucata: -----

- Assegurar a gestão dos resíduos urbanos, nos termos do nº2 do artigo 5º; -----

- Designar o(s) elemento(s) a integrar a Comissão de Acompanhamento Local, nos termos do nº3 do artigo 51º; -----

- Promover a fiscalização, instaurar e instruir processos de contra-ordenação, nos termos dos artigos 66º e 70º. -----

----- D. Decorrentes do Decreto-Lei 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 278/2007, de 1 de agosto, que aprova o regime da Prevenção de Ruído e Controlo de Poluição Sonora: -----

- Pugnar pela elaboração dos mapas de ruído, para apoio à elaboração, alteração e revisão dos planos directores municipais e dos planos de urbanização, nos termos do nº1 do artigo 7º; -----

- Promover a elaboração de relatórios sobre recolha de dados acústicos, para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos de pormenor, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº9/2007, de 17 de Janeiro; -----

- Conceder licenças especiais de ruído conforme o artigo 15º; -----

- Proceder ao processamento das contra-ordenações e a aplicação das respectivas coimas e sanções acessórias em matéria de actividades ruidosas temporárias e de ruído de vizinhança, nos termos do nº2 do artigo 30º -----

----- **E. Previstas no Decreto-Lei 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho, bem como na parte C 5 do Código Regulamentar do Município de Águeda:** -----

- Decidir sobre concessão de licença para obras, inumações, exumações, trasladações; -----

- Proceder à concessão de terrenos, decidir sobre a sua transmissão, averbamentos e declaração de prescrição. -----

----- **F. Decorrentes da Lei 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei 23/2000, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei 48/2011, de 1 de abril, e na parte C3 do Código Regulamentar do Município de Águeda:** -----

- Conceder licenças e decidir a sua revogação nos casos previstos na lei e no Código Regulamentar; -----

- Ordenar a remoção de suportes publicitários conforme legal e regulamentarmente previsto. -----

----- **G. Previstas no Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, e 114/2011, de 30 de novembro, e retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios:** -----

- Propor a declaração de utilidade pública nos termos do nº 1 do artigo 14º; -----

- Notificar as entidades responsáveis e proprietários ou detentores para que providenciem a gestão de combustíveis de acordo com o nº 3 do artigo 15º; -----

- Determinar e promover a realização de trabalhos com faculdade de, posteriormente, se ressarcir nos termos dos nºs 4, 10 e 11 do artigo 15º; -----

- Determinar a notificação dos proprietários ou das entidades responsáveis para a realização de trabalhos em prazo adequado, de acordo com o nº 3 do artigo 21º; -----

- Determinar a execução dos trabalhos devidos, notificando, posteriormente, as entidades faltosas, para pagamento dos custos correspondentes, e, caso não o façam, promover a execução fiscal, conforme os nºs 4, 5 e 6 do artigo 21º; -----
- Substituir-se aos responsáveis, com faculdade de ressarcimento, procedendo à sinalização das zonas críticas, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 24º; -----
- Licenciar a realização de queimadas conforme o nº 2 do artigo 27º e autorizar a utilização de fogos de artifício e outros artefactos pirotécnicos, de acordo com o nº 2 do artigo 29º; -----
- Fiscalizar cumprimento, instaurar e instruir processos de contra-ordenação, em conformidade com os artigos 37º e 40º; -----
- Nomear o responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, para apoio da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, de acordo com o nº 4 do artigo 3º-D. -----

----- **H. E demais competências:** -----

- Assinar todas as autorizações que forem processadas no corrente mandado, relativas a vencimentos de todo o pessoal, do quadro ou em qualquer outra situação, subsídios de férias e de natal, abono de família e prestações complementares, subsídios para transportes e ajudas de custo, subsídios mensais do Presidente da Câmara e Vereadores em regime de permanência, senhas de presença dos eleitos de todos os órgãos do Município, processamento de vencimentos e outras remunerações, despesas com formação e gestão das respectivas verbas; -----
- Autorizar arrendamentos e pagamentos a diversas entidades por conta de operações de tesouraria; -----
- Subscrever recibos relativos a quaisquer transferências para o Município; -----
- Autorizar o pagamento de avença do correio; -----
- Autorizar a reconstituição de fundos permanentes; -----
- Conceder autorizações para amortizações de empréstimos; -----
- Autorizar a satisfação de despesas de carácter urgente e inadiável, que não possam aguardar pela reunião de Câmara, e que ficarão sujeitas a ratificação na reunião subsequente. -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** -----

----- APROVAÇÃO DE AQUISIÇÕES EM PERÍODO DE GESTÃO (DE 30 DE SETEMBRO A 17 DE OUTUBRO DE 2013) -----

-----Seguidamente, a Câmara, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 3º da lei nº 47/2005 de 29 de Agosto, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Maria Paula da Graça Cardoso e Miguel de Oliveira ratificar as decisões e autorizações do Sr. Presidente da Câmara, efetuadas no período de gestão, compreendido entre 30 de setembro e 17 de Outubro de 2013 constantes, constantes do mapa que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 514713).-----

-----Tendo em vista as dificuldades expostas pelo Sr. Vereador Miguel Oliveira relativamente à análise dos assuntos agendados, a Câmara deliberou, por unanimidade, retirar da Ordem de Trabalhos os demais assuntos, que serão agendados para próxima reunião. -----

----- Eram dez horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Técnica Superior, redigi e subscrevo, juntamente com o Sr. Presidente. -----